

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 21 de fevereiro de 2019 às 07h33
Seleção de Notícias

Época Negócios - Online | BR

Direitos Autorais

Facebook é condenado na Itália por violar direitos autorais 3

Folha de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

UE fecha acordo sobre lei de direitos autorais 4
MERCADO

O Globo Online | BR

Inovação

UE endossa proposta que obrigará Google e Facebook a pagar por conteúdo com copyright 5
ECONOMIA | REUTERS

Abipti | BR

ABPI

Brasil fica longe da Inovação e acumula mais de 225 mil pedidos de patentes 7

Público Online - PT | Portugal

21 de fevereiro de 2019 | Marco regulatório | INPI

EDP aguarda luz verde para a nova marca 8

Facebook é condenado na Itália por violar direitos autorais



Facebook (Foto: Carl Court/Getty Images)

Processo foi movido pelo grupo Mediaset, de Silvio Berlusconi

Um Tribunal de Roma condenou o Facebook por violações de **direitos autorais** e difamação, em um processo movido pelo grupo de mídia Mediaset, controlado pelo ex-primeiro-ministro da Itália Silvio Berlusconi.

A decisão foi anunciada pela própria Mediaset e trata-se da primeira sentença contra a rede social no país em um caso de desrespeito de copyright. Em 2012, usuários anônimos abriram uma página no Facebook dedicada a um desenho animado transmitido pelo canal Italia Uno.

Está sobrando emprego no Canadá Quer produzir sua energia elétrica? Veja por que este é um ótimo momento

Alguns links, no entanto, conduziam a conteúdos protegidos por **direitos autorais** e carregados ilegalmente no YouTube ou promoviam insultos difamatórios sobre o intérprete da música tema do desenho animado.

Segundo a Mediaset, o Facebook sempre se recusou a remover os conteúdos em questão e terá de pagar uma indenização, cujo valor não foi divulgado.

"A decisão [do Tribunal de Roma] é a primeira na Itália a reconhecer a responsabilidade de uma rede social por violações ocorridas por meio da publicação de links externos à própria plataforma", diz uma nota do grupo.

O Facebook, que ainda não se pronunciou sobre a sentença, pode recorrer.

AGÊNCIA ANSA

UE fecha acordo sobre lei de direitos autorais

MERCADO

A União Europeia chegou a um acordo sobre a nova lei de **direitos autorais** cujo objetivo seria impor limites às grandes empresas de tecnologia e oferecer apoio aos provedores de notícias.

O acordo anunciado na semana passada surgiu depois de meses de oposição e de lobby por parte das companhias de **internet** e dos ativistas que defendem uma **internet** aberta, o que causou impasse entre os governos da União Europeia.

Duas partes controversas do projeto de lei dificultaram as negociações. Uma, dirigida a plataformas que permitem que usuários subam conteúdo, tornaria as plataformas legalmente responsáveis por violações de **direitos autorais**.

A outra permitiria que provedores de notícias negociassem licenças com agregadores como o Goo-

gle, do grupo Alphabet.

Quaisquer resultados de busca que fossem além de uma só palavra ou "trechos" muito curtos de artigos noticiosos ficariam sujeitos a essas licenças. Agora não ficarão mais.

"As negociações foram difíceis, mas o que conta no final é que temos um resultado justo e balanceado que serve bem a uma Europa digital", disse Andrus Ansip, vice-presidente da Comissão Européia.

O projeto deve ser aprovado formalmente até a metade de abril. Os governos dos países da UE terão prazo de dois meses para incorporá-lo às leis nacionais. Valentina Pop, Sam Schechner e Keach Hagey

The Wall Street Journal, traduzido do inglês por Paulo Migliacci

UE endossa proposta que obrigará Google e Facebook a pagar por conteúdo com copyright

ECONOMIA



BRUXELAS - A maioria dos países da União Europeia (UE) endossou nesta quarta-feira uma revisão das leis de **direitos autorais** do bloco que forçará Google e Facebook a pagarem editoras e jornais por trechos de notícias em seus ambientes, e também a instalar filtros para barrar uploads de conteúdo protegido por copyright no YouTube e no Instagram.

Receba as newsletters do Globo: Digite as letras da imagem: Trocar imagem Cadastrar Já recebe a newsletter diária? Veja mais opções



A maioria dos diplomatas do bloco concordou com a mudança nas regras, enquanto Finlândia Itália, Holanda, Luxemburgo e Polônia a rejeitaram.

Saiba mais Google se desculpa por microfone secreto em sistema de alarme Google estuda retirar da União Europeia seu serviço de notícias Google e Apple sob pressão para banir aplicativo saudita que monitora mulheres Zuckerberg planeja integrar WhatsApp, Instagram e Facebook Messenger



Negociadores dos países da UE, do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia selaram um acordo na semana passada, dois anos após a comissão propor a revisão para proteger o legado cultural do bloco e garantir que editoras, jornais e emissoras de TV e artistas sejam remunerados de forma justa.

A Romênia, que atualmente ocupa a presidência da UE, disse num tuíte que o acordo sobre os **direitos autorais** havia sido aprovado pelo Conselho do bloco.



Já os países que se opuseram justificaram sua posição dizendo que a medida dificultaria a **inovação tecnológica** e afetaria a competitividade da UE no mercado digital. "Lamentamos que a Diretiva não promova o equilíbrio correto entre a proteção dos detentores de **direitos autorais** e os interesses de

Continuação: UE endossa proposta que obrigará Google e Facebook a pagar por conteúdo com copyright

cidadãos e empresas da UE", disseram num comunicado.

O próximo passo no processo será a votação numa comissão de legisladores na próxima semana, após o qual o projeto irá a plenário em março ou abril. Se aprovada, a revisão se tornará lei.

A medida obrigará Google, Facebook e outras plataformas on-line a assinar acordos de licenciamento com detentores de **direitos autorais** como editoras, jornalistas, atores, músicos, escritores e outros a fim de usar seus conteúdos em seus ambientes na

internet.

O YouTube, do Google, e o Instagram, do Facebook, terão que instalar filtros de upload de conteúdo para prevenir que usuários "subam" materiais protegidos por copyright.

O Google, que fez lobby contra o projeto, chegou a dizer que removeria seu Google News da Europa. Na semana passada, a gigante das buscas afirmou que estudará o texto da proposta antes de decidir que rumo tomará.

Brasil fica longe da Inovação e acumula mais de 225 mil pedidos de patentes



A situação do Brasil com relação à Inovação não é nada animadora. Essa é a principal advertência do estudo **Propriedade Intelectual**, Inovação e Desenvolvimento: desafios para o Brasil, produzido pela Associação Brasileira da **Propriedade Intelectual** (**ABPI**) e entregue à Secretaria de produtividade do Ministério da Economia. O levantamento mostra que o Brasil se mantém na lanterna no ranking global de inovação e aparece como o 69º no Índice Global de Inovação, produzido pela Universidade de Cornell, Insead e Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).

Mesmo dentre os 18 países latinoamericanos, o Brasil aparece na 7ª posição, muitas posições atrás do Chile (46º no Global), líder regional, Costa Rica, México, Panamá, Colômbia e Uruguai. Mais grave ainda, o País vem caindo no ranking: em 2011 ocupava a 47ª posição e caiu para a 69ª em 2016 e 2017. Também preocupa que, sendo a 8ª economia do mundo, nenhuma empresa brasileira apareça na edição de 2018 no ranking das 50 Empresas mais inovadoras, desenvolvido pelo The Boston Consulting Group (BCG).

Também revela que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) tinha, no fim de 2017, 225.115 pedidos de patente pendentes. O prazo médio para análise, no Brasil, é de 10,2 anos, enquanto no Japão é de 1,3 ano, e nos EUA e União Europeia, de abpi.empauta.com

2,2 anos. O estudo é taxativo: as políticas públicas têm sido insuficientes para promover mudanças e transformar a inovação em força motriz da economia brasileira.

Os dispêndios públicos são claramente insuficientes e têm oscilado, comprometendo a eficácia das políticas que são adotadas; e igualmente, os dispêndios privados tampouco cresceram como se esperava e seria necessário para catapultar o país ao grupo de nações inovadoras. O resultado é que em 2015, o gasto total de inovação foi de 1,28% do PIB, o percentual máximo alcançado pela série, e que corresponde a aproximadamente 50% da alocação em países que ocupam a liderança.

De acordo ainda com o relatório, a elevada proteção à indústria, formou um empresariado habilidoso para enfrentar crises e sobreviver no ambiente de incerteza e instabilidade monetária e institucional que marcou a trajetória do país, mas avesso ao risco inerente à inovação. Não sofrendo as pressões mais fortes da concorrência, foi possível acomodar-se na posição pragmática de não correr os riscos da inovação, e quando necessário optar pela modernização via aquisição de máquinas e equipamentos, treinamento de pessoal e consultorias técnicas. e veja a íntegra do estudo da **ABPI**.

(Portal Conjur)

O post Brasil fica longe da Inovação e acumula mais de 225 mil pedidos de patentes apareceu primeiro em ABIPTI.

EDP aguarda luz verde para a nova marca

EDP Distribuição aguarda "resposta definitiva" do Instituto da Propriedade Intelectual para enviar "proposta final" à ERSE. Marcas E-Redes e Endis aguardam aprovação.

ERSE diz que processo das concessões da distribuição eléctrica trouxe "mais complexidade" ao tema da mudança de marca da EDP Distribuição Filipe Arruda/Arquivo

À pergunta sobre até quando vão coexistir no mercado várias empresas com o nome EDP nem a entidade reguladora da energia nem a própria EDP têm, para já, resposta.

Fonte oficial da EDP Distribuição (EDPD) adiantou ao PÚBLICO que a empresa está "a aguardar resposta definitiva" por parte do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (**INPI**) para "submeter a proposta definitiva" de nova marca à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). O grupo EDP já tem várias marcas registadas e outras à espera de aprovação. Por exemplo, em Junho de 2018, a EDPD obteve registo para a marca E-Rede Distribuição de Electricidade e, já em Novembro, obteve registo da mesma marca na versão no plural: E-Redes Distribuição de Electricidade.

Mais populares

i-album

Enfermeiros Enfermeiros: presidente do Sindepor em greve de fome "até cair morto, se for necessário"

PSP "Abordámos o suspeito porque era branco e estava numa zona onde só vivem africanos"

i-album

Pet Não era só um cão. A dor na perda de uma companhia animal

Neste momento, tem sete versões gráficas da marca

E-Redes à espera de registo. Todos os pedidos estão actualmente na fase de oposição, ou seja, o período em que qualquer entidade poderá contestar o registo da marca. Este prazo termina nesta quinta-feira e seguir-se-á então a fase de exame de fundo que, caso tenha uma indicação favorável, culminará com a aprovação do registo. Por exemplo, a marca Endis, que a EDPD também submeteu para registo, está desde Janeiro em fase de exame.

No caso da EDP Serviço Universal (EDPSU), que é o comercializador de último recurso (o CUR, que abastece os clientes do mercado regulado), o processo está aparentemente mais adiantado. A EDP registou (através do seu mandatário, o advogado José Luís Arnaut) em Abril do ano passado as marcas CUR Electricidade, SU Electricidade, SEU Electricidade e SE-Sempre Energia.

Sobre a adopção da nova marca, fonte oficial da empresa liderada por António Mexia adiantou que "a EDP apresentou em Março as propostas de alteração de imagem da EDP Serviço Universal e da EDP Distribuição", estando a aguardar "pela avaliação do regulador". Mas, a avaliar pela resposta da EDP Distribuição (cuja comunicação, por se tratar de um operador de rede com actividade regulada, tem de ser feita em separado), ainda é preciso fechar os processos no **INPI** para que uma versão final da proposta volte a ser enviada à entidade reguladora.

Questionada sobre qual será a nova imagem da empresa, a EDPD refere apenas que, "quando for oportuno, será divulgada" e que "o prazo de implementação e a data de lançamento serão depois articulados entre" empresa e ERSE. A EDP tem defendido que o prazo de alteração da marca nunca deverá ser inferior a 18 meses e também tem sustentado que os custos com esta mudança devem ser recuperados através das tarifas eléctricas. "Tratando-se de uma imposição regulatória, esta questão [da imputação de custos] terá de ser avaliada pela ERSE aquando da submissão da proposta final",

Continuação: EDP aguarda luz verde para a nova marca

respondeu fonte da empresa.

Já a ERSE refere apenas que "o processo superveniente das concessões de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão introduziu elementos novos e morosidade na apreciação desta questão [da marca], a qual não se encontra ainda concluída".

A EDPD é a entidade que tem a concessão da distribuição eléctrica a nível nacional, mas com os contratos da baixa tensão (as redes que levam a electricidade a casa de famílias e empresas) a chegar ao fim, o Parlamento aprovou (com os votos a favor do PS, Bloco de Esquerda e PAN e as abstenções do PSD, CDS, PCP e PEV) uma lei que encarregou a ERSE de propor áreas geográficas para novas concessões, a fim de lançar os novos concursos no início de 2019 (que podem introduzir no mercado outros operadores, além da EDPD).

Com uma polémica consulta pública pelo meio, a ERSE apresentou em Janeiro uma proposta que prevê dividir o país em três zonas de concessão. Mas entretanto o Governo já recuou e veio dizer que afinal prefere uma concessão única nacional. A decisão final cabe aos municípios, num processo que ainda está

mergulhado em incógnitas quanto a prazos e modelo final.

A obrigatoriedade de diferenciação de imagem dos operadores de rede de distribuição face a outras empresas do mesmo grupo está prevista no regulamento do sector eléctrico desde Dezembro de 2017. A medida, que neste momento apenas se aplica à EDP (porque, por enquanto, tem a concessão da distribuição), e que visa que os consumidores passem a distinguir com clareza entre as empresas do grupo que actuam no mercado liberalizado - como a EDP Comercial, que tem mais de quatro milhões de clientes, ou seja, mais de 80% do total - e as que prestam serviço regulado - a EDPD e a EDPSU - é há muito exigida pelos comercializadores do mercado liberalizado, que se queixam de que a empresa tem sido favorecida com esta coincidência de marcas.

Críticas semelhantes às da Autoridade da Concorrência, que em respostas ao PÚBLICO já defendeu que os custos da mudança de imagem não devem ser levados às tarifas eléctricas.

Continuar a ler

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 4, 5

Inovação

5

ABPI

7

Propriedade Intelectual

7

Marco regulatório | INPI

7, 8